

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM

03 a 06 de Abril de 2017

Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

UM ESTUDO PSICANALÍTICO SOBRE O TECIDO SOCIAL E A IDENTIDADE

BRASILEIRA

Mauricio Cardoso da Silva Junior, (Universidade Estadual de Maringá, Linha de Pesquisa Psicanálise e Civilização, Maringá-PR, Brasil); Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto, (Universidade Estadual de Maringá, Linha de Pesquisa Psicanálise e Civilização, Maringá-PR, Brasil).

contato: mauricio_cs@hotmail.com

RESUMO

Buscamos compreender, a partir de referenciais psicanalíticos – sobretudo Freud e Laplanche – que elementos inconscientes podem ser concebidos enquanto constituintes de nosso tecido social e da formação da subjetividade brasileira. Ao propormos este estudo, nos inserimos metodologicamente no que Laplanche (1992) denomina de “psicanálise extramuros”, a qual consiste no processo de produção de conhecimento a partir da transferência estabelecida pelo pesquisador com seu objeto, cabendo ao pesquisador metaforizar sua experiência, torná-la acessível, partilhável por meio da análise e interpretação do fenômeno ao qual se dedica. No caso desta pesquisa, realizamos um percurso sobre algumas das principais ideias e “retratos” realizados sobre o Brasil, a iniciar pelos “escritos de viajantes” até alguns dos principais autores do chamado “pensamento social brasileiro”. De modo geral, tais escritos oferecem “fechamentos”, explicações para o passado, presente e futuro do país, trazendo, ainda, dilemas marcantes da constituição de nossa identidade nacional, tais como a desigualdade, a violência, o racismo, a dominação do Estado pelas elites, entre outros. A seguir, realizaremos uma revisão bibliográfica buscando estabelecer um panorama sobre o que o discurso psicanalítico produziu, até o momento, sobre o Brasil e o brasileiro. Tal proposta nos permitirá não apenas realizar um trabalho de revisão, mas observarmos o próprio movimento da psicanálise brasileira em torno deste objeto, bem como “fazer trabalhar” a própria psicanálise, sobretudo em suas teorizações sobre o social. Ao fim, esperamos contribuir para com este campo de ideias, por meio de uma aproximação psicanalítica sobre nosso tecido e identidade nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Laço social. Brasil. Psicanálise

INTRODUÇÃO

Apresentamos, neste escrito, uma breve exposição sobre o estado atual de nossa pesquisa de doutorado, desenvolvida dentro do programa de pós-graduação em Psicologia da UEM. Trata-se de um trabalho em andamento, o que nos limita a oferecer ao leitor algumas reflexões e discussões que não são mais que preliminares.

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
03 a 06 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

Impelidos pelos recentes episódios de nossa vida social, mais precisamente ocorridos a partir das últimas eleições para a presidência da república – as quais apontaram para a existência de acirradas divisões entre os brasileiros (norte/sul, pobres/ricos, esquerda/direita) e que trouxeram à tona conflitos nem sempre tão visíveis, subsistentes à sombra da imagem de um povo pacífico e cordial – nossa investigação retoma alguns questionamentos há muito presentes nas produções nacionais nas áreas da História, das Ciências Sociais e, mesmo, da Psicanálise: como podemos compreender o Brasil, nosso pacto social e a constituição do sujeito brasileiro?

Tais indagações referentes à nossa identidade mobilizaram e continuam a interpelar estudiosos, e as interpretações lançadas sobre o país e seu povo são tão variadas que levam Ianni (2002, p. 180) a considerar o país como “(...) uma nação em busca de conceito, uma nebulosa movendo-se no curso da história moderna em busca de articulação, direção.”

Neste sentido, a proposta deste trabalho diz respeito, em termos gerais, a compreender, a partir da psicanálise, como se configura o que denominamos *tecido social* brasileiro, que aqui será compreendido a partir das ideias desenvolvidas por Volkan (2007) a partir do texto *Psicologia de massas e análise do eu* (1921), de Freud.

Volkan (2007), tomando o conceito de “tecido social” de Kai Erikson, evoca a imagem de uma tenda para compreender a dinâmica dos grandes grupos – étnicos, nacionais, religiosos. A liderança atua na sustentação de um *mastro*, em torno do qual pessoas se reúnem e compartilham uma identificação mútua, cobertas por uma *lona* que oferece uma identidade ao grupo: tal composição se torna uma *tenda*. O *tecido* desta lona seria formado por identificações, símbolos, representações que dão sentido à vida coletiva. Segundo Volkan (2007), em essência, o grupo dedica-se à manutenção desta tenda, ou seja, de preservar sua

identidade; cabe ao *mastro* a tarefa de manter estendida esta *lona*, de modo a proteger a identidade coletiva.

Esta identidade do grande grupo se caracteriza como uma segunda veste, constituída desde a infância, parte formativa da identidade pessoal, e situada em um segundo plano em relação a esta. Retomando a imagem da tenda, quando suas lonas vêm a sofrer alguma espécie de rompimento, os seus membros passam a erigir esforços no sentido de recuperar sua estabilidade, proteger a tenda de uma possível ruína. Nesses momentos, a identidade grupal pode assumir, segundo Volkan (2007), o papel de identidade principal, sobressaindo-se em relação à identidade pessoal.

Tomaremos esta imagem da “tenda”, constituída por “mastro”, “lonas” e “tecido”, a fim de compreender sua constituição no caso brasileiro. Pensamos que o uso de tal categoria de análise nos permite trabalhar em um espaço entre o psíquico e o social, entre a constituição subjetiva de uma identidade e os elementos que sustentam nosso tecido social, ou seja, um espaço não compreendido enquanto um interstício entre pólos antagônicos (interno-externo), mas dialógico, como propõe Ramos (1997). Este autor afirma que, na relação indivíduo-sociedade, há que se considerar dois “diálogos”: o diálogo entre sujeito e suas relações intersubjetivas e com as instituições sociais (diálogo externo) e o diálogo entre sujeito e o que metabolizou das relações e laços sociais (diálogo interno). Estes diálogos apontam para um processo de contínua construção interno-externo, e, segundo o autor, para uma perspectiva de mútua transformação: do sujeito pela sua cultura ambiente, e do meio social pelo sujeito.

Tomando o Brasil como a tenda proposta por Volkan (2007), nos perguntamos: de que elementos são constituídas as “lonas” desta “tenda” chamada Brasil? Qual configuração deste “mastro” sustentador de uma identidade em comum? Quais processos identificatórios se alinhavam na constituição deste tecido?

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
03 a 06 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

Tais questionamentos se estabelecem aqui como uma espécie de pano de fundo que nos orienta nesta empreitada. O modo como realizaremos este trabalho, sua “operacionalidade” e seu fundamento enquanto pesquisa em psicanálise extramuros são apresentados a seguir, em nossas considerações de ordem metodológica.

METODOLOGIA

Ao propormos um estudo psicanalítico em torno do tecido social e da subjetividade brasileiras, realizamos o que Laplanche (1992) denomina de “psicanálise extramuros”. Isso porque nossa pesquisa se dedica a fenômenos ou produções da cultura, para além da clínica, utilizando-se, para tanto, de uma metodologia que demanda algumas especificidades.

Como afirma Ramos (1997), o método de Freud consiste em considerar as mais variadas manifestações humanas como atravessadas pelo inconsciente, assim portando um sentido latente, subjacente ao manifesto – este que nos aparece enquanto um sistema ordenado, estruturado, ligado, portador de uma lógica. Por trás deste manifesto, podemos encontrar os processos primários em sua formação, o que possibilita a interpretação. Isto é denominado de *redução psicanalítica*, método no qual os fenômenos são nivelados, tomados no mesmo plano, são tomados em analogia, “*como se fosse*”, e Freud se permite isso posto que os toma todos enquanto manifestações do inconsciente.

Sobre o método da psicanálise extramuros, Mello Neto (1995) afirma que o pesquisador, frente a uma manifestação ou fenômeno cultural – como neste estudo – é provocado por suas mensagens, e é colocando sua subjetividade sob análise que o objeto de

estudo se revela. Do encontro do inconsciente do emissor (objeto) com o do pesquisador nasceria um trabalho auto-transferencial, cabendo ao último metaforizar a experiência, torná-la acessível, partilhável para os demais, e assim o faz por meio da análise e interpretação de sua experiência.

Para interpretar, e aqui entra outro princípio básico da clínica, o fenômeno deve *falar*. Como afirma Frayze-Pereira (2004), é preciso deixar um primeiro tempo para a experiência, para depois partirmos para a reflexão e abstração a partir das teorias que nos norteiam. Eis o princípio da atenção flutuante: deixar surgir, deixar a obra, o fenômeno tocar o analista, buscando um sentido entre a obra e seu receptor. Assim o material suscitará no pesquisador uma força pedindo tratamento, uma resolução, uma tradução. Surgem pontos que aparecem mais adequados à interpretação, o que não significa que sejam mais importantes, mas que dizem respeito à contra-transferência estabelecida com o material. A interpretação do fenômeno extramuros se dá, assim, por meio do que ele mobiliza no pesquisador.

Para que a interpretação do fenômeno ganhe legitimidade, para que possa sofrer generalização e não ficar restrita à singularidade da interpretação do pesquisador necessita-se de um terceiro-testemunha. Segundo Mello Neto (1995), este terceiro seria o público, a comunidade de cientistas e pesquisadores, que receberiam tais metáforas, este saber partilhável advindo da experiência do pesquisador. A reação deste público funcionaria como teste de realidade, possibilitando o diálogo e a construção de conhecimentos no âmbito da psicanálise.

No caso desta pesquisa, realizamos um percurso sobre algumas das principais ideias e “retratos” do Brasil, a iniciar pelos “escritos de viajantes” até alguns dos principais autores do chamado “pensamento social brasileiro”, como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Junior, Paulo Prado, Florestan Fernandes,

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
03 a 06 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Roberto DaMatta, Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros.

Deste material, não pretendemos realizar uma análise exaustiva de cada autor. Intentamos constituir, a partir de tais fontes, uma fundamentação a partir da qual nossas análises poderão ser realizadas, em diálogo com o conhecimento produzido pelas ciências sociais, de modo a não realizarmos uma “psicanálise selvagem” sobre o nosso tecido social.

A seguir, realizamos uma revisão bibliográfica buscando identificar o que o discurso psicanalítico produziu, até o momento, sobre o Brasil e o brasileiro em publicações de livros e artigos. A busca se realizou a partir de descritores como “psicanálise”, “brasileiro”, “subjetividade do brasileiro”, “laço social”, “Brasil”, realizando combinações entre os mesmos para depurarmos os resultados das buscas.

Como resultado, identificamos as seguintes obras publicadas: “Fantasia de Brasil”, de Octavio Souza (1994), “Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos”, de Luís Cláudio Figueiredo (1995), “Hello, Brasil!”, de Contardo Calligaris (1996), “O sentido e os sentidos: práticas sociais e modos de subjetivação no Brasil”, de Mériti de Souza (1997), “Psicanálise e colonização” organizado por Edson Luiz André de Souza (1999), “O que é ser brasileiro?”, de Carmen Backes (2000), “Driblando a Perversão”, de Claudio Bastidas (2002), “Narrativas do Brasil”, organizado pela Associação Psicanalítica de Porto Alegre (2005), “A cabeça do brasileiro no divã”, organizado por Tania Coelho dos Santos e Marcela Cruz de Castro Decourt (2008) e “O medo no trabalho e na vida social”, de Marina Durand (2010). Outros materiais poderão ser acrescentados a esta lista no decorrer da pesquisa.

A análise deste material nos possibilitará estabelecer um panorama do que se tem escrito a respeito do brasileiro e do Brasil pela psicanálise. Tal proposta nos permitirá não apenas realizar um trabalho de revisão, mas observarmos o próprio movimento da psicanálise

brasileira em torno deste objeto, bem como “fazer trabalhar” a própria psicanálise, sobretudo em suas teorizações sobre o social. A partir deste trabalho, proporemos uma aproximação psicanalítica acerca do tecido social brasileiro.

DISCUSSÃO

A partir das leituras de algumas obras de autores do chamado “pensamento social brasileiro”, podemos pensar que as diferentes interpretações realizadas sobre o país e seu povo se caracterizam como recursos narrativos que podem ser compreendidos à luz do que Laplanche (2015) denomina de pseudo-inconsciente ou inconsciente mito-simbólico. Este consiste nos códigos presentes na cultura que atuam como auxiliares de tradução para os sujeitos, ligando elementos e fornecendo um ordenamento da vida para os mesmos. Os esquemas narrativos e códigos do universo mito-simbólico funcionariam enquanto *mensagens* ou conjunto de mensagens com alto grau de complexidade, pois construídas ao longo da história coletiva. Comunicam algo que sempre busca ligar o indivíduo ao seu contexto social, porém sempre sofrendo um processo de metábole por parte do sujeito.

Então, podemos pensar que, se os códigos ou esquemas narrativos presentes na cultura se oferecem enquanto catalisadores de moções pulsionais demandantes de tradução, as ideologias e representações compartilhadas por um determinado grupo podem cooptar moções extremamente arcaicas e, a partir daí, manterem sua força. Assim como já teorizado por autores como Reich e, posteriormente, por Adorno e Marcuse, as ideologias de classe parecem possuir elementos inconscientes subjacentes ao seu conteúdo manifesto e que obstaculizam sua superação.

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
03 a 06 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

Enquanto construções que dão sentido à vida coletiva e social, não estão imunes às ideologias dominantes de cada época histórica. Situadas do lado do recalçamento, da contenção, tais elaborações estariam disponíveis na cultura para dar sentido à coletividade, em nosso caso, para dar um sentido àquilo que chamamos “Brasil” e conferindo uma identidade comum. Mitos presentes em nossa cultura (por exemplo, o “mito da democracia racial” e o “mito do homem cordial”) poderiam ser compreendidos como exemplos de recursos mito-simbólicos.

Podemos pensar que a psicanálise, ao propor compreensões sobre o Brasil e o brasileiro, se insere na tradição do pensamento social ao produzir discursos que, de alguma forma, passam a compor o universo mito-simbólico que auxilia os sujeitos em seus processos de subjetivação e de identidade social.

De acordo com Bastidas (2002), os estudos psicanalíticos sobre a subjetividade do brasileiro, em sua maioria, realizam nexos entre o “ser brasileiro” e a perversão; autores como Contardo Calligaris, Octavio Souza, Joel Birman, Jurandir Freire Costa, Durval Checchinato e Ricardo Goldenberg, se não citam a perversão de maneira clara, trabalham com conceitos muito próximos como transgressão, recusa da Lei, dificuldades em relação à função paterna, cinismo frente à instância simbólica, portador de uma ética perversa, falso-self, entre outros.

O discurso psicanalítico, portanto, apresenta suas conclusões quase que em uníssono: o sujeito brasileiro e o laço social, quando não marcados pela perversão, estariam muito próximos da mesma. Para Bastidas (2002), a psicanálise vai se inserir dentro de uma tradição de intelectuais, e mesmo dentro do discurso popular, que sustentam uma visão negativa do Brasil e do brasileiro.

Como já dito por Mota (1980), Bastidas (2002) chama a atenção para o caráter ideológico e ilusório que a atribuição de um “psicodiagnóstico” pode ocultar. Ele acaba por

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
03 a 06 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

falsear a realidade por uma explicação reducionista. Apesar de tais estudos mostrarem-se coerentes com o referencial psicanalítico, caem em uma fórmula um tanto “fácil”, desconsiderando a complexidade da formação cultural do Brasil.

Diferentemente de outros psicanalistas, Figueiredo vai compreender a transgressão não como manifestação de uma relação frágil com a lei ou como uma perversão, mas sim enquanto um elemento “metacultural”. Como escreve Bastidas (2002), existiria, no país, uma “lei de transgressão” regulamentadora e legitimada na vida social. Por meio desta lei, a transgressão é aceita em certos casos, até mesmo incentivada em determinadas circunstâncias. Enquanto lei consensual, os sujeitos estariam a ela submetidos – não caracterizando, portanto, perversão, por não haver afronta, desafio ou tentativas de burlar a mesma.

Esta perspectiva de análise apresentada por Bastidas (2002) abre novas possibilidades de interpretação da subjetividade nacional pela psicanálise, desvinculando-a de interpretações cristalizadas como as que seguem pelas vias da “perversão” ou, ainda, pelas vias da pós-modernidade – a nosso ver, um discurso deveras generalizante e de tom “apocalíptico”. Se este se caracteriza como o discurso majoritário da psicanálise brasileira e, como visto, pode ser criticado enquanto ideológico, o tema ainda encontra-se aberto para novos estudos.

Finalizando nossas discussões nesta etapa do trabalho, para pensarmos no tecido social brasileiro, no que liga os sujeitos em torno desta identidade, recorreremos à ideia de massa tal como elaborada por Ramos (1997). Nesta, os “irmãos” se encontrariam ligados por laços identificatórios homossexuais, de natureza narcísica (pois tomam a si como modelo) e, ao mesmo tempo, objetal (investida no outro), compondo o corpo materno da massa, nas palavras do autor, “um ser unitário em seu narcisismo interno” (p. 133).

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
03 a 06 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

A massa é comparável à mãe, como objeto para-angústia, que salva o indivíduo do desamparo (ante a natureza, ante suas necessidades). Assim como a mãe se oferece como objeto para dar continência ao bebê, a massa também tem esse papel de ligar a libido, formando uma unidade indiferenciada (“massa”), tal como na ligação pré-edipiana bebê-mãe (Mello Neto, 1997).

O “outro”, na formação da massa, somente torna-se “semelhante” pela existência de um pacto civilizatório, no qual, retomando Freud, todos abdicam da livre satisfação para que sejam tratados como iguais, sem privilégios. O pacto civilizatório somente se constitui com o recalçamento das moções hostis dirigidas ao outro, e a identificação seria uma reação contra tais impulsos agressivos.

Podemos pensar que a formação de massa, mantida pela libido ligada entre os “irmãos”, como proposto por Ramos (1997), conteria, em si, as marcas dos recalçamentos operados para sua formação, soluções de compromisso, ou seja, não seria constituída apenas pela pulsão sexual de vida, que une os “irmãos”, mas também atravessada pela pulsão sexual de morte. Se uma parte da pulsão sexual de morte, como afirma o autor, se projetaria para fora da massa (na agressividade lançada contra o diferente, por exemplo), poderia se manifestar no interior deste corpo materno, nos conflitos de classe, nas relações de dominação, no racismo, na desigualdade, na violência, entre outros aspectos da vida social, mantendo-se coesa por mensagens (recursos mito-simbólicos) totalizantes, unificadoras.

A nosso ver, estes operadores de análise podem nos auxiliar em uma aproximação ao problema lançado na introdução deste projeto, de forma a nos possibilitar a proposição de uma nova interpretação sobre a constituição de nosso laço social e sobre a identidade nacional. Podemos, portanto, pensar o laço social brasileiro a partir de uma perspectiva laplancheana, utilizando a proposta de Ramos (1997) de se pensar a formação de massas

enquanto corpo materno, e pensar a constituição de uma subjetividade brasileira levando-se em consideração dados concretos de sua realidade, como trazido por diversos estudos das Ciências Humanas, e a construção de recursos mito-simbólicos como formas de tradução para este enigma identitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como expusemos no início deste escrito, nossa pesquisa ainda se encontra em seus passos iniciais, de modo que, nesta parte final, na total impossibilidade de lançarmos conclusões ao problema proposto, nos limitaremos a apontar algumas reflexões que, por ora, se gestam no processo de elaboração deste trabalho.

Como expusemos anteriormente, os intérpretes do Brasil oferecem, respaldados em elementos históricos, “fechamentos”, explicações para o passado, presente e futuro do país. Em um processo de recomposição da história, de pensá-la e trabalhá-la a partir de seus respectivos referenciais teóricos, dos instrumentos à sua disposição, cada autor, de certa forma, lançará uma “tradução” aos eventos passados, a partir de seus pressupostos. Assim, mitos como o da “democracia racial” ou do “homem cordial”, extraídos a partir das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente, podem ser pensados como recursos auxiliares aos sujeitos em seus processos de subjetivação.

Supomos que a escrita da história, este trabalho de recomposição e de interpretação do passado, obedece a uma lógica que podemos denominar de *après-coup*, como Laplanche (2012) teoriza. Certos elementos de nossa constituição enquanto “povo” podem ser hipotetizados enquanto excessivos, não suficientemente elaborados, tais como a desigualdade,

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM

03 a 06 de Abril de 2017

Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

o racismo, a miséria, a violência, a dominação por parte das elites, a ausência do Estado – elementos estes trazidos por grande parte dos autores do pensamento social brasileiro. Esses elementos excessivos apresentariam um efeito *a posteriori*, demandando ressignificações, traduções, “provocando” o trabalho de historiadores, sociólogos, psicanalistas e pensadores da cultura. Porém, trata-se de uma hipótese de trabalho, que ainda será trabalhada pelos autores no decorrer do desenvolvimento de nossa pesquisa.

Antes do fim, também apontamos algumas possíveis mudanças em relação às considerações de Bastidas (2002) sobre o panorama da psicanálise brasileira em seu discurso sobre o país. Enquanto que, para o autor citado, as posições sustentadas por Figueiredo se configuram como as que permitem outras interpretações para além do brasileiro “perverso”, pensamos que, de alguma forma, a perversão permanece enquanto referência, mesmo que seja para afirmar uma “lei da transgressão”. Seria possível pensar o brasileiro para além deste estigma?

Talvez sim, mas somente poderemos oferecer novos elementos à medida dos avanços de nossa pesquisa. Por ora, observamos que a maioria dos psicanalistas que escreveram sobre o Brasil se pauta em autores do denominado “pensamento social brasileiro” que, de alguma forma, teorizam nosso povo enquanto em descompasso em relação a outros povos (em especial, europeus e estadunidense) ou, ainda, em relação a um modelo de Estado ideal (o Estado burocrático weberiano, por exemplo). Notamos que Figueiredo, por exemplo, tem como uma de suas referências os trabalhos de Roberto Schwarz, autor de um ensaio denominado, justamente, “*As ideias fora do lugar*”, no qual discute a inadequação do ideário liberal em uma sociedade escravagista e a continuidade crônica deste distanciamento entre um plano ideal e a realidade brasileira.

X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
03 a 06 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

Em nossas leituras atuais, temos estudado os escritos de Franco (1997), cuja análise caminha na contracorrente das interpretações vigentes sobre a história do Brasil, as quais, ao tomarem a história europeia enquanto paradigma, reservam ao país um lugar de descompasso em relação à mesma; colônia e metrópole são compreendidas consistindo em duas histórias ou duas realidades separadas, uma subjugada à outra, com a primeira sendo identificada a um “capitalismo tardio”, “pré-capitalismo” ou “capitalismo periférico” em relação a um modelo ideal (europeu) de desenvolvimento do capitalismo. Em contraposição a esta ideia consolidada no pensamento social brasileiro, a autora propõe que colônia e metrópole sejam compreendidas enquanto partes constituintes de um mesmo engendramento, a dizer, o processo de produção capitalista, sendo interdependentes, integradas e mutuamente constitutivas.

A consideração de que o Estado burocrático não se estabelece de fato em nossa realidade, mas se constrói e se configura de modo a se subjugar às classes dominantes seria, de fato, uma particularidade brasileira? Reformulando esta questão, haveria, de fato, Estado que não tenha se constituído por uma classe dominante e o modo de produção mantido por essa classe, por grupos dominantes, por interesses privados? A concepção de que “falhamos” na constituição deste Estado burocrático nos coloca na linha interpretativa de situar o Brasil em um “dever ser”, em uma posição de desvantagem em relação a algo externo, sempre em comparação a um ideal (neste caso, um conceito ideal).

Esta perspectiva nos possibilita pensarmos em outras vias de interpretação do Brasil e seu povo, para além do estigma da “perversão” ou da “transgressão”, que esperamos poder apresentar ao leitor em uma próxima comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDAS, C. (2002). *Driblando a perversão: psicanálise, futebol e subjetividade brasileira*. São Paulo: Escuta.

FRANCO, M. S. C. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

FRAYZE-PEREIRA, J. A. O paciente como obra de arte: uma questão teórico-clínica. In: HERMANN, F. & LOWENKRON, T. S. (2004). *Pesquisando com o método psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

FREUD, S. (1921/1996). Psicologia de grupo e análise do ego. Tradução: Jayme Salomão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Volume XVIII). Rio de Janeiro: Imago.

IANNI, O. (2002). Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Sociologias*. Porto Alegre. Ano 4, n 7, jan-jun, 176-187.

LAPLANCHE, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

LAPLANCHE, J. (2015). Três acepções da palavra “inconsciente” no âmbito da teoria da sedução generalizada. In: LAPLANCHE, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. (p. 190-206). Porto Alegre: Dubliense.

MELLO NETO, G. A. R. (1995). Psicanálise extraclínica: solpsismo sem fim? In: *Cadernos de Metodologia e Técnicas de Pesquisa – Suplemento Psicologia*. Ano 7, n. 6. Maringá.

MOTA, C. G. (1980). *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 4ª edição. São Paulo: Ática.

RAMOS, G. A. (1997). *Le social dans la construction freudienne de la psychanalyse*. 1. ed. Paris: L'harmattan.

VOLKAN, V. (2007). D. Psicodinâmica da violência de grandes grupos e da violência de massas. *Ciências e Saúde Coletiva*, 11 (sup), 1199-1210.